

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS GINECOLOGISTAS A RESPEITO DO ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA.

Casalechi, H. L.^{1,2}, Barbosa, A.¹, Louzada, J. M.^{1,2}, Albertini, R.¹, Pacheco, M. T. T.²

¹Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Faculdade de Ciências da Saúde

²Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, UNIVAP

Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bairro Urbanova. CEP 12244-000

São José dos Campos, Brasil

doraleao@gmail.com

Resumo - A incontinência urinária (perda involuntária de urina) não é uma doença ou uma consequência normal do envelhecimento do indivíduo, e sim um sintoma que determina desconforto social e higiênico. Atualmente, é sugerido que o tratamento conservador seja mais válido devido à melhora da qualidade de vida e diminuição de gastos para a saúde pública, no entanto, não se pode negar a importância do conhecimento médico a respeito deste atendimento. Neste contexto, torna-se importante a aplicação deste projeto de pesquisa, que teve como objetivo analisar o conhecimento dos profissionais ginecologistas de São José dos Campos, sobre a fisioterapia na incontinência urinária através da aplicação de um questionário. Concluímos que há falta de divulgação para tal tratamento. Sugerimos que a comunicação entre médicos e fisioterapeutas seja mais direta, podendo ser realizadas através de visitas e impressos para que haja uma constante atualização.

Palavras-chave: Incontinência Urinária; Tratamento Conservador; Ginecologistas

Área do Conhecimento: IV - Ciências da saúde

Introdução

A Sociedade Internacional de Continência (ICS), estabelece que incontinência urinária é a perda involuntária de urina, que determina desconforto social e higiênico podendo ser demonstrável de forma objetiva (DEMATTÉ at al., 2000; LEON at al., 2001; SIMONETTI at al., 2001; RODRIGUES at al., 1991).

As melhorias dos indicadores de saúde, como o aumento da expectativa de vida, assim como o avanço da medicina fazem com que observemos o fenômeno do envelhecimento da população (REIS at al., 2003). A incontinência urinária não é uma consequência normal do envelhecimento, trata-se infelizmente, de afecção comum com frequência não muito bem definida. (FERNANDES at al., 1990). Não é uma doença e sim um sintoma.

Atualmente é sugerido que o tratamento conservador seja mais válido, devido a melhora da qualidade de vida e gastos diminuídos para a saúde pública brasileira, dentre eles a cinesioterapia é a técnica mais difundida e com maiores resultados, pois os exercícios pélvicos melhoram a resistência uretral e o suporte vesical pélvico por aumento dos músculos periuretrais pélvicos. Estes mudam a atividade do mecanismo de fechamento, e modificam a transmissão das taxas de pressão (LEON at al., 2001).

No entanto, não se pode negar a importância do conhecimento médico a respeito deste atendimento tão valioso; sendo assim, torna-se importante a aplicação deste projeto de pesquisa,

que tem como objetivo analisar o conhecimento dos profissionais ginecologistas de São José dos Campos a respeito do atendimento fisioterapêutico na incontinência urinária.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com abordagem quantitativa.

No procedimento, foram questionados trinta médicos ginecologistas de São José dos Campos de diferentes regiões, sendo estes de atendimento público, conveniado e particular. Foi utilizado um questionário com dez questões, um termo de consentimento e uma carta de informação.

Os questionários foram preenchidos pelos médicos participantes do estudo, sem o auxílio dos fisioterapeutas.

Os dados foram analisados em tabelas e posteriormente foram submetidos à análise gráfica descritiva.

Resultados

Os médicos avaliados apresentaram uma média de 297 atendimentos mensais. Destes, 7,5% das pacientes apresentavam diagnóstico de incontinência urinária.

Na avaliação feita através do questionário foram obtidos os seguintes resultados: 73,33% dos médicos conhecem o atendimento da fisioterapia aplicada à obstetrícia e a uroginecologia, 23,33% conhecem apenas a

fisioterapia aplicada à uroginecologia e 3,33% só conhecem a fisioterapia aplicada à obstetrícia, sendo que nenhum dos médicos avaliados desconhece a aplicação da fisioterapia em sua área de atuação. Destes médicos 96,67% conhecem a fisioterapia aplicada diretamente a incontinência urinária, e responderam que indicariam este tipo de atendimento para suas pacientes, enquanto 3,33% não conhecem este tipo de atendimento e não indicaria.

Dos médicos avaliados, 90% conheceram o atendimento fisioterápico aplicado a uroginecologia através de congressos, 36,67% em cursos, 20% através de aperfeiçoamentos, 13,33% por folders, 10% por colegas de atuação, 6,67% conheceram através de mala direta e por visitas de fisioterapeutas. Destes médicos 96,67% julgam importante o atendimento da fisioterapia aplicada a uroginecologia e 3,33% julgam sem importância; 86,67% já observaram melhora em pacientes aos quais indicaram tratamento fisioterápico, 10% nunca fizeram indicação de fisioterapia, 3,33% não opinaram e nenhum dos médicos avaliados não observou melhora nas pacientes que efetuaram tratamento indicado.

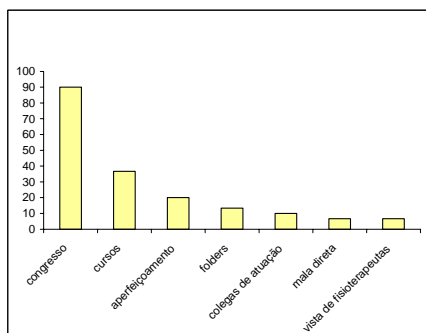


Figura 1: Principais meios de divulgação da fisioterapia entre os médicos ginecologistas.

Em relação ao tipo de tratamento e recursos usados na fisioterapia uroginecológica 56,67% dos médicos avaliados preferem ou conhecem o tratamento com cones, 53,33% utilizando eletroterapia, 36,67% com terapia comportamental, 26,67% utilizando cinesioterapia, 16,67% não tem experiência com esses recursos e 3,33% utilizam biofeedback.

Dos médicos avaliados 76,67% trabalhariam com fisioterapeuta especialista em uroginecologia, 16,67% não trabalhariam com um fisioterapeuta especialista, e 6,67% não opinaram.

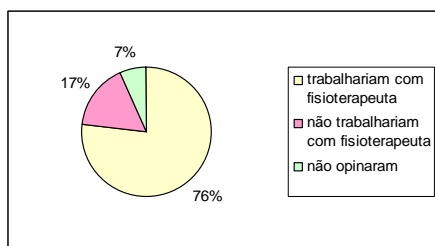


Figura 2: Aceitação do trabalho do fisioterapeuta especializado pelos médicos ginecologistas.

Discussão

Segundo Freitas et al. (1997) estima-se que cerca de 45% da população feminina apresentam algum tipo de incontinência urinária. Mediante resultados obtidos neste estudo observamos que o número de incontinentes atendidas pelos médicos participantes é 7,5% das pacientes no período de um mês.

Dentre os trinta médicos entrevistados, a porcentagem obtida sobre o conhecimento da fisioterapia em sua área de atuação foi de 73,33%, o que significa que vinte e dois profissionais, conhecem a atuação fisioterapêutica nas áreas de obstetrícia e uroginecologia. A outra fatia 23,33%, correspondendo a sete dos entrevistados, conhece a atuação do fisioterapeuta apenas na área de uroginecologia. Um entrevistado (3,33%) não tinha conhecimento da fisioterapia aplicada à obstetrícia. Em relação ao conhecimento da atuação fisioterapêutica aplicada à ginecologia, o conhecimento médico foi item unânime no questionário aplicado.

Dos entrevistados, 29 profissionais que correspondem a 96,67% do total conhecem a fisioterapia aplicada à incontinência urinária e indicariam esse tipo de atendimento por julgar importante, enquanto um entrevistado que correspondente a 3,33% do total não julga importante o atendimento fisioterapêutico aplicado à incontinência urinária por não apresentar conhecimento, e conseqüentemente não indica esse tipo de atendimento.

Atualmente os congressos nas áreas de uroginecologia, estão abrindo espaço para a divulgação do atendimento fisioterapêutico nessa área, isto é comparado pelos resultados obtidos neste estudo onde se constatou que 27 médicos que correspondem a 90% conheceram o atendimento através de congressos. Em seguida aparecem 36,67% dos entrevistados que conheceram através de cursos, 13% através de "Folders" e 10% por colegas de atuação. Apenas 6,67% conheceram por visitas de fisioterapeutas e através de mala direta; o que demonstra a baixa divulgação do trabalho fisioterapêutico pelos próprios fisioterapeutas.

Segundo a opinião de alguns dos médicos, o fisioterapeuta deveria divulgar melhor seu trabalho através de mala direta, visitas e fornecimento do relato de protocolo de atendimentos.

DEMATTÉ et al. (2000) observou resultado satisfatório obtido através da associação de técnicas convencionais somadas aos recursos eletroterapêuticos mais sofisticados. Nossos resultados mostraram 86,67% melhora em pacientes submetidos ao tratamento fisioterapêutico; 3,33% dos médicos não opinaram, 10% nunca indicaram tratamento fisioterapêutico e

nenhum dos médicos não observou melhora aparente no quadro funcional de seus pacientes.

RIOS & WROCLAWSK (2001) relataram a estimulação elétrica funcional do assoalho pélvico mostrando resultados positivos em 50% a 70% das pacientes com urge–incontinência. Em nosso estudo a eletro estimulação fica em segundo lugar na preferência dos médicos correspondendo a 53,33% dos entrevistados, sendo que os cones vaginais têm a preferência entre os mesmos em 56,67%. A terapia comportamental e a cinesioterapia correspondem a 36,67% a 26,67% respectivamente e apenas 3,33% preferem biofeedback.

RIOS & WROCLAWSK (2001) a cinesioterapia com ou sem auxílio de biofeedback, e a eletroterapia são recursos úteis no tratamento da incontinência urinária feminina. Esta forma de tratamento pressupõe pacientes estimuladas para realização dos exercícios de forma prolongada e fisioterapeutas qualificados para a abordagem do assoalho pélvico.

Através do resultado desta pesquisa observou-se que há falta de divulgação para o tratamento em questão. Sugerimos que médicos e fisioterapeutas tenham um contato interdisciplinar mais próximo, com iniciativa do fisioterapeuta na divulgação de seu trabalho, podendo ser realizado através de visitas, impressos, divulgação de protocolos e principalmente estudos que comprovem a eficácia do tratamento fisioterapêutico, comprovando sua importância no processo de reabilitação.

Conclusão

O tratamento fisioterapêutico na área de uroginecologia, mais especificamente aplicado à incontinência urinária, é conhecido e bem aceito pelos médicos ginecologistas de São José dos Campos onde a pesquisa foi realizada.

Referências Bibliográficas

- RIOS, L.A. S. & WROCLAWSKI, E. R. Incontinência urinária: abordagem atual. **Revista Prática Hospitalar**. V.16, n.16, p.42-43, 2001.

- RODRIGUES, R.A. P. & ZAGO, M. M. F. Incontinência urinária do idoso: assistência de enfermagem. **Revista Ex. Usp**, V.25, n.1, p. 21-28, 1991.

- SIMONETTI, R. *et al.* Incontinência urinária em idoso: impacto social e tratamento. **A terceira idade**, V.12, n.23, p.53-69, 2001.

- LEON M. I. H. A eficácia de um programa cinesioterapêutico para mulheres idosas com

incontinência urinária. **Fisioterapia**. V.2, n.2 p.34-45, 2001.

- REIS *et al.* Incontinência urinária no idoso. **Acta Cirurgica Brasileira**. V. 18, n. 5, p. 11, 2003.

- FREITAS, F. *et al.* Rotinas em ginecologia. 3^o ED. Porto Alegre; Artes Médicas; 1997.

- FERNANDES, C. E. *et al.* Abordagem dos distúrbios do trato urinário na mulher pós – menopausa. **Revista Paul. Med.** V.108, n.5, p.231-232, 1990.

- DEMATTÉ, D. C. *et al.* A fisioterapia na incontinência urinária de esforço. **Fisioterapia em movimento**. V.12, n.2, p.137, 2000.